

# Como estamos?

- No campo conceitual/teórico: *bastante avançados*
- Nas determinações legais: *muito bem! CF, ECA, Marco Legal da Primeira Infância e leis setoriais* (educação, saúde, assistência social etc)
- Nas decisões políticas (governamentais): *Grande avanço nas últimas décadas, mas com risco de retrocesso* ( a criança perdeu visibilidade diante da situação de crise política, econômica, financeira, ética, sanitária, ambiental).
- Na área do planejamento e do orçamento nacional, estadual, municipal: *bons programas federais, estaduais e municipais, porém de cobertura insuficiente e muitos Estados e Municípios omissos.*

# REQUISITOS / Desafios para as Políticas Públicas voltadas à Primeira Infância

- Visão holística da criança – superar as ações fragmentadas.  
Intersetorialidade
- Garantir todos os direitos: nenhum direito a menos
- Obedecer o princípio da prioridade absoluta (CF art. 227; ECA art. 4º, MLPI art. 3º) – nas iniciativas (Projeto, Programas) e no orçamento público (PPA, LDO, Orçamento anual)
- Cuidar da singularidade e da diversidade das crianças e das infâncias
- Abranger a todas: nenhuma exclusão
- Conjugação Justiça e Equidade: reduzir a desigualdade no acesso aos bens sociais; priorizar as famílias/crianças mais vulneráveis.

# REQUISITOS / Desafios para as Políticas Públicas voltadas à Primeira Infância

- Atender o interesse superior da criança
- Trazer as crianças para a roda: participantes capazes. Escutá-las
- Construir as políticas em diálogo com a participação da sociedade
- Aplicar o melhor da ciência, da técnica e da experiência profissional – recusar soluções precárias para os mais pobres
- Descentralizar: descer ao território. Aqui a política ganha cor e vigor
- Estabelecer metas de longo prazo e estratégias de continuidade (lei)
- Contribuir para criar a Cultura do Cuidado

**A coerência do  
binômio:  
Políticas  
Públicas para a  
PI e  
Democracia  
requer**

- 1 - que as políticas sejam elaboradas com ampla participação social
- 2 - que as crianças participem, sejam ouvidas e as sugestões pertinentes sejam acatadas e as crianças sejam informadas desse acolhimento
- 3 – que sejam abrangentes de todos os direitos e de todas as crianças e infâncias
- 4 – que as políticas setoriais se articulem numa política integrada, intersetorial
- 5 – que adotem, com serviços de qualidade, o critério da equidade, reduzindo progressivamente a desigualdade social
- 6 – que impregnem todo o ambiente social e político em que as crianças estão ou tem direito de estar.